

Nota da Redacção

O ELO ERROU

Por um lamentável conjunto de circunstâncias, o último número do ELO, editado no mês de Agosto, saiu com uma série de anomalias graves de onde resultaram textos que deviam ter sido publicados e não foram e outros que saíram incompletos. A página três foi a mais atingida por esta chuva de problemas: o “Editorial” saiu truncado dos seus últimos cinco parágrafos e a “Nota do Director” saiu sem o seu contexto que era uma carta aberta do associado José Maia. Por outro lado, no espaço das Delegações não foi publicada a colaboração da Delegação de Viseu e o artigo de opinião do seu presidente, João Gonçalves, também teve a mesma sorte.

Vamos corrigir e tentar reparar estas falhas neste número. Assim a versão integral do “Edi-

torial” está na página 16; a “Carta Aberta” do José Maia pode ser lida nesta página com a repetição da “Nota do Director”; a colaboração da Delegação de Viseu encontra-se na pág. 9. Quanto ao artigo de opinião do João Gonçalves, que versava sobre a “Saúde para Todos”, foi-lhe solicitado que procedesse à sua actualização, face à publicação, em Diário da República, da Portaria n.º 1034/2009, de 11 de Setembro (ver pág. 11). Os leitores poderão encontrar a nova versão deste artigo na pág. 9.

A Redacção penitencia-se por estas anomalias e apresenta sinceras desculpas a todos os atingidos, em especial à Direcção Nacional que viu truncada uma mensagem muito importante num momento delicado da vida da ADFA.

CARTA ABERTA

Exmo. Senhor Director do Jornal Elo

Desde os meus tempos do hospital militar no já longínquo ano de 1974, que me habituei a colaborar com o Elo através de publicação de textos sobre as mais diversas matérias, mas fundamentalmente expressando a minha experiência enquanto deficiente militar.

“Também por problemas pessoais delicados”, que não podem servir de desculpa para o que foi feito, o facto é que os dois últimos trabalhos publicados no nosso jornal, como sendo da minha autoria, o facto é que não são originais. Efectivamente, subscrevo na totalidade os conteúdos dos mesmos, mas a verdade é que são cópias de um jornal diário.

A vergonha que sinto não se pode sobrepor ao sentido da responsabilidade. Como me ensinaram os meus pais, não basta atirar pedras ao telhado dos vizinhos. É preciso estar preparado para as pedras nos nossos telhados, principalmente quando são de vidro!...

Criticar é fácil, mas o importante é saber aceitar as culpas próprias e ter a humildade de o reconhecer. Apresento publicamente desculpas:

Em primeiro lugar aos legítimos autores dos textos. Em segundo lugar, também as minhas desculpas ao senhor director do Elo pois foi traída a

sua confiança em mim enquanto colaborador do Elo! Filo passar um vexame por algo de que não foi culpado nem responsável.

As minhas desculpas também a todos os órgãos sociais da ADFA, em especial a DN e por ultimo a todos os associados e naturalmente a todos os leitores do Elo.

Por entender não ser o meu comportamento compatível com as minhas funções de membro efectivo do Conselho Nacional da ADFA, irei redigir uma carta ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral Nacional da ADFA e pedir a minha demissão de conselheiro nacional. A minha atitude foi moral e eticamente reprovável para além de deontologicamente grosseira e não só, colocando em risco o prestígio e a dignidade de terceiros e da própria instituição – ADFA.

Por tal em defesa dos valores e princípios que defendo, saberei aceitar o veredicto que vier a ser tomado por quem de direito em termos morais, sociais e associativos.

Coimbra, 18 de Julho de 2009

*O associado n.º 244 da ADFA
José Martins Maia*

NOTA DO DIRECTOR

A Direcção e a Redacção do ELO lamentam que a colaboração do José Maia termine desta forma.

Nas circunstâncias que relatámos no número de Junho, publicámos o seu artigo de opinião sobre a canonização de D. Nuno Álvares Pereira. Acabámos por receber a denúncia de que o mesmo não era original nem o que foi publicado em Julho, facto que o próprio José Maia reconhece nesta “carta aberta”.

Como os nossos associados e leitores compreenderão, o jornal não tem capacidade de comprovar a legítima autoria dos escritos que nos mandam. Por isso, todas as pessoas que produzam trabalhos literários que se destinem a ter divulgação pública,

devem ter o máximo cuidado em referir as suas fontes e seguir as regras da transcrição de excertos de outros autores.

Apesar de sermos alheios ao que sucedeu, apresentamos a todos os associados e leitores as mais sinceras desculpas.

Ao José Maia, apesar deste percalço, não podemos deixar de continuar a reconhecê-lo como um associado fundador da ADFA e grande lutador pela causa dos deficientes militares. Certamente pelo seu espírito inconformado é que acabou por se trair a si próprio.

JD

Editorial



Se bem nos lembramos, por altura da construção da Sede Nacional, cujo aniversário da inauguração se comemorará em 19 de Novembro, editaram-se duas medalhas: uma referente ao Início do Império com a inscrição “...”Cumpriu-se o Mar “... e a segunda relativa ao Fim do Império com a inscrição... “Cumpra-se a Solidarietà”.

Coube à nossa geração fechar o Império numa guerra injusta e fratricida, para onde fomos obrigados a partir e da qual voltámos deficientes e magoados ao serviço de Portugal.

Com o 25 de Abril que pôs termo à Guerra Colonial, iniciou-se, também, o ciclo da solidariedade que exige o cumprimento da dívida moral e material para com os Deficientes Militares.

Na saga da conquista dos nossos direitos foi finalmente reposta a saúde, através da publicação da Portaria 1034/2009, de 11 de Setembro, que exigiu de todos nós um esforço árduo e persistente, mas que valeu bem o nosso empenhamento e espírito de luta que continuamos a manter desde a criação da NOSSA ADFA, em 14 de Maio de 1974 e de que este ano comemorámos com orgulho o 35º aniversário.

Realizaram-se as eleições legislativas, os Portugueses escolheram, vai formar-se um novo Governo. Todos os Partidos conhecem o nosso caderno reivindicativo, saído da Assembleia-Geral Nacional Ordinária, de 18 de Abril. Como cidadãos conscientes, escudados nos direitos da nossa cidadania e participação activa, exigiremos que os novos poderes democráticos assumam as reparações morais e materiais que ainda esperam por justiça., respeitando sempre o primado do diálogo construtivo, nomeadamente com o novo Governo Constitucional.

De acordo com os nossos estatutos estão convocadas neste Jornal as eleições para o triénio 2010-2012, constituindo este acto cívico uma excelente oportunidade para demonstrarmos a força da nossa razão, mobilizando-nos, participando na vida associativa, apresentando candidaturas e programas. Orgulhemo-nos de ser uma ONG responsável, aberta a parcerias e que exerce a plena cidadania, que é participativa, reivindicativa, plural e quantas vezes utópica, mas hoje mais alicerçada na Convenção dos Direitos das Pessoas Com Deficiência e Protocolo Adicional, documentos assumidos pelos Órgãos de Soberania.

Seremos, com certeza, mais exigentes, porque estamos mais conscientes dos nossos direitos, lembremo-nos, aqui e agora, do impacto da grande manifestação de 14 de Maio de 2008, que constituiu a alavanca para mais um passo na conquista da nossa dignidade, orientados pelo “farol luminoso” saído da Assembleia-Geral Nacional de 19 de Abril de 2008.

Seremos, assim, firmes na denúncia, sempre que estiverem em causa os Direitos Humanos, revitalizaremos a participação associativa e a solidariedade com todos os movimentos de deficientes na linha da história que soubemos construir ao longo destes 35 anos.

A Direcção Nacional